



Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO

COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA

1

**Serviço de refeições escolares no estabelecimento de educação e ensino Colégio
Internato dos Carvalhos, propriedade dos Missionários Claretianos Província de
Fátima**

Anos Letivos 2022/2023, 2023/2024, 2024/2025





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

ÍNDICE DO PROGRAMA

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO.....	3
2. INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL.....	3
3. CONSULTA DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.....	4
4. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	4
5. VISITAS AO ESTABELECIMENTO	4
6. IMPEDIMENTOS E AGRUPAMENTOS.....	4
7. INSTRUÇÃO DA PROPOSTA	5
8. PROPOSTAS EM RELAÇÃO A PARTES, DIVERGENTES OU VARIANTES.....	6
9. IDIOMA.....	6
10. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS.....	6
11. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	7
12. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.....	7
13. NEGOCIAÇÃO.....	7
14. NÃO ADMISSÃO DA PROPOSTA	7
15. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E PREÇO BASE	8
16. ABERTURA E CONSULTA DAS PROPOSTAS	9
17. ANÁLISE DAS PROPOSTAS, RELATÓRIO PRELIMINAR E AUDIÊNCIA PRÉVIA	9
18. RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO.....	10
19. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	10
20. CAUÇÃO.....	11
21. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	11
ANEXOS DO PROGRAMA.....	13





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

1.1. Processo n.º **CPI/1/2022**.

1.2. Designação: **“Serviço de refeições escolares no estabelecimento de educação e ensino Colégio Internato dos Carvalhos, propriedade dos Missionários Claretianos Província de Fátima, nos Anos Letivos 2022/2023, 2023/2024, 2024/2025”**.

1.3. O serviço tem a classificação **55523100-3 - Serviços de cantinas escolares**, no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, publicado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

1.4. Tipo de procedimento: concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do n.º 1, alínea a), do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (adiante designado “CCP”) na redação conferida pela Lei nº 30/2021, de 21 de maio e demais legislação aplicável.

1.5. No total, a duração da prestação do serviço não poderá ultrapassar os três (3) anos.

1.6. O financiamento dos serviços a contratar, ao abrigo do presente procedimento, será objeto de candidatura ao abrigo do POCH, podendo não haver lugar a adjudicação, nos termos da alínea d), do nº1, do artigo 79º do CCP, caso não se concretizem as fontes de financiamento que permitam assegurar esta valência de apoio aos alunos.

3

2. INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

2.1. Entidade adjudicante: **MISSIONÁRIOS CLARETIANOS PROVÍNCIA DE FÁTIMA**, pessoa coletiva religiosa n.º 500 224 200, sediada na Rua Helena Félix, s/n, Edifício Colégio Universitário Pio XII, 1600-121 Lisboa, e com Estabelecimento/Delegação no **Colégio Internato dos Carvalhos (CIC)**, sito na Rua do Moeiro, s/n, 4415-133 Pedroso, Vila Nova de Gaia, com o número de telefone 227 860 920, fax 227 860 925 e e-mail: geral@cic.pt.

2.2. Órgão que tomou a decisão de contratar: **o Representante da Entidade Titular, por delegação de competências do Superior Provincial**.

2.3. Forma e data da decisão de contratar: **Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, aprovado em**.

2.4. Órgão competente para prestar esclarecimentos: **o Júri do Procedimento**.





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

3. CONSULTA DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

3.1. As peças do procedimento (Programa e Caderno de Encargos), em formato digital, encontram-se patentes, para consulta, na plataforma eletrónica de contratação pública “acinGov” (www.acingov.pt) dedicada aos procedimentos de contratação.

3.2. No caso de existirem dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, a entidade gestora da mesma (acinGov) disponibiliza uma linha de apoio para esse fim, cujo número de telefone consta do endereço eletrónico supracitado.

3.3. As peças do procedimento estarão ainda disponíveis, a título meramente de divulgação e consulta prévia, no site <https://www.cic.pt/cp/refeicoes>.

4. ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Os eventuais esclarecimentos, erros e omissões, retificações e/ou alterações das peças procedimentais regem-se pelo disposto no artigo 50.º do CCP.

5. VISITAS AO ESTABELECIMENTO

Durante o prazo para apresentação de propostas, os interessados poderão visitar o estabelecimento de educação e ensino. Para marcação das visitas devem os interessados submeter na plataforma eletrónica o respetivo pedido, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas. A data e hora para realização da visita será comunicada, pela mesma via.

4

6. CONCORRENTES, IMPEDIMENTOS E AGRUPAMENTOS

6.1. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem nas situações previstas no artigo 55.º do CCP, sem prejuízo do disposto no artigo 55º-A.

6.2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

6.3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

6.4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo.

6.5. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas os membros agrupados serão responsáveis solidariamente, perante a Entidade Adjudicante, pelo pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes da proposta e/ou da sua apresentação.





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

7. INSTRUÇÃO DA PROPOSTA

7.1. A proposta é constituída, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:

7.1.1. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) – cfr. Anexo A.

7.1.2. Modelo constante do Anexo B deste Programa, devidamente preenchido.

7.1.3. Listagem contendo a identificação completa (denominação, NIF e morada da sede) do(s) respetivo(s) fornecedor(es) de matérias-primas alimentares, isto é, do(s) fornecedor(es) que fornecerá(ão) as matérias-primas necessárias à confeção das refeições na fase de execução do contrato a celebrar, juntando, para efeitos de avaliação, os comprovativos das certificações que tal(ais) fornecedor(es) detenha(m) no âmbito da Segurança Alimentar da Qualidade e Ambiente, de acordo com as seguintes normas:

- ISO 22000:2018 (Sistema de Gestão da Segurança Alimentar) ou equivalente;
- ISO 9001:2015 (Sistema de Gestão da Qualidade) ou equivalente;
- ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental) ou equivalente;
- IFS Logistics – Armazenagem e transporte dos produtos alimentares (segurança dos alimentos) ou equivalente.

7.1.4. Plano de Atividades a implementar na fase de execução do contrato, a valorizar nos termos previstos no Anexo C do presente Programa.

7.1.5. Proposta de preço unitário global por refeição, arredondado à centésima, de acordo com o Anexo B, em que discrimine:

a) Custo da matéria-prima alimentar, não alimentar, encargos com reparações, substituições de equipamento – obrigatoriamente, igual ou superior a **2,81€** (dois euros e oitenta e um cêntimos);

b) Encargos com o pessoal: salários, remunerações adicionais, encargos sociais, seguros, medicina no trabalho, subsídio de férias e Natal, de acordo com o **Anexo G**, incorporando, no mínimo, os custos dele constantes;

c) Encargos Gerais e Lucro;

d) Valor Global Unitário por refeição.

7.1.6. Plano HACCP a implementar no refeitório escolar do Colégio Internato dos Carvalhos, de acordo com o estipulado no Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 1019/2008, da Comissão de 17 de outubro e pelo Regulamento (CE) n.º 219/2009 do Parlamento e do Conselho de 11 de março, e respetivos pré-requisitos, os quais deverão ser discriminados unicamente em função do objeto do presente concurso.





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

7.1.7. Plano de rastreabilidade a implementar no refeitório escolar do Colégio Internato dos Carvalhos, de acordo com o estipulado no Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, na última redação conferida pelo Regulamento (UE) 2019/1381 do Parlamento e do Conselho, de 20 de junho de 2019 (HACCP)

7.1.8. Documento que identifique, descreva e evidencie a formação de certificação de competências dos trabalhadores, desenvolvida nos últimos 12 meses, para efeitos de aplicação de critério de desempate.

7.1.9 - Cópia da Certidão do Registo Comercial ou código de acesso à Certidão Permanente de Registo;

7.2. Para efeitos do previsto em 7.1.3. os CAE (Classificação de Atividade Económica) dos fornecedores de matérias alimentares deverão integrar-se nos Grupos 463 e/ou 472;

7.3. No decorrer do procedimento, sob pena de exclusão da proposta, todos os documentos submetidos na plataforma devem ser individualmente assinados pelo concorrente mediante assinatura eletrónica qualificada, ao abrigo do n.º 4 do artigo 62.º do CCP e, em sua concretização, conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17/08.

7.4. A plataforma eletrónica de contratação pública “acinGov” disponibiliza um documento denominado “Formulário Principal” que deverá ser preenchido pelos concorrentes, conforme se determina na alínea b), do n.º 1, do artigo 66.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

6

8. PROPOSTAS EM RELAÇÃO A PARTES, DIVERGENTES OU VARIANTES

8.1. Só serão admitidas propostas para a globalidade do objeto do concurso.

8.2. Não serão admitidas propostas com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos.

8.3. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

9. IDIOMA

As propostas e os documentos que as acompanham e instruem são necessariamente redigidos em língua portuguesa, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas.

Quando redigidas noutro idioma, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

10. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O concorrente fica obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da mesma, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se aquele nada requerer em contrário.





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

11. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

11.1 A proposta, elaborada nos termos do Ponto 7 do presente Programa e contendo todos os documentos aí exigidos, é apresentada diretamente na plataforma eletrónica “acinGov”.

11.2 A receção da proposta é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue ao concorrente um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

12. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

O prazo de apresentação da proposta decorre até às 23 horas e 59 minutos do trigésimo (30.º) dia a contar da data do envio do anúncio relativo à publicação do concurso público no JOUE.

13. NEGOCIAÇÃO

As propostas não serão objeto de negociação.

14. NÃO ADMISSÃO DA PROPOSTA

14.1. É aplicável, em matéria de exclusão de propostas, o disposto nos artigos 70.º e 146º do CCP.

14.2. Em caso de apresentação de uma proposta suscetível de configurar um preço anormalmente baixo, serão solicitados, pela entidade contratante, esclarecimentos ao concorrente respetivo, nos termos do artigo 71.º do CCP, que terá de demonstrar, inequivocamente, a possibilidade de cumprir de forma integral e plena as obrigações constantes do caderno de encargos, de forma economicamente sustentável, recebendo, para tal, o preço que propôs.

14.3. Os esclarecimentos poderão incluir, entre outros dados e comprovações achados relevantes, a identificação de todos os custos, nomeadamente matérias-primas, encargos com o pessoal, outros encargos, etc.).

14.4. Nas diligências tendentes à apreciação da verificação ou não de um preço anormalmente baixo, serão encetadas quando se considere que o preço proposto não permite fornecer uma refeição equilibrada, tendo em consideração os custos de mercado, em face dos critérios objetivos que foram determinantes à fixação do preço base e indicado no Caderno de Encargos, e em que foi tido em conta:

- As captações exigidas pela orientação do Ministério da Educação/DGE;
- Os custos referentes a matéria-prima alimentar, transporte, encargos com pessoal (incluindo os aumentos decorrentes da última alteração, publicada no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 21, de 08/06/2022 do Contrato Coletivo entre a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) e o Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo - SITESE - cantinas, refeitórios e fábricas de refeições -, generalizadamente aplicável ao setor), as obrigações decorrentes do Caderno de Encargos, e outros e lucro;
- A necessidade de salvaguardar o interesse público, impedindo a prática de preços predatórios e/ou anticoncorrenciais e o incumprimento do adjudicatário fundado na insuficiência do preço para dar



Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

cumprimento pleno às suas obrigações contratuais em matéria de captações, qualidade dos alimentos, rácios de pessoal, etc..

15. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E PREÇO BASE

15.1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade multifator previsto no n.º 1, alínea a), do artigo 74.º, do CCP, sendo densificado pelos seguintes fatores e subfatores e respetiva ponderação, com a seguinte fórmula de cálculo, com aproximação às centésimas:

Pontuação = Fator A (Pontuação Preço x 0,40) + Fator B (Pontuação Qualidade = pontuação de B.1 x 0,40 + Pontuação B.2 x 0,20).

A. Preço – Ponderação de 40%

Para a avaliação do Fator A (Preço) será atribuída uma pontuação determinada pela seguinte fórmula:

$$Pf = \frac{Pb - Vp}{Pb} \times 100$$

Pb - Preço base unitário (€ 4,45) ou valor máximo admitido

Vp - Valor unitário do preço constante da proposta em análise

Pf - Pontuação do fator preço, com arredondamento às centésimas, seguindo as regras gerais do arredondamento (se a primeira casa decimal a desprezar for 0, 1, 2, 3 ou 4, faz-se truncatura; se for 5, 6, 7, 8 ou 9 acrescenta-se uma unidade à última casa decimal que se escreve)

A avaliação do Fator B (Qualidade) será efetuada de harmonia com o estabelecido no Anexo C do presente Programa, tomando em conta os seguintes subfatores:

B.1. Qualidade e segurança das matérias-primas alimentares - Ponderação de 40 %

Corresponde ao parâmetro a considerar na avaliação da proposta, no que se refere à qualidade e segurança das matérias-primas alimentares, assegurada pela implementação de metodologias pelos fornecedores de bens alimentares dos concorrentes que assegurem sistemas de gestão de qualidade em conformidade com as normas ISO 22000:2018 (Sistema de Gestão da Segurança Alimentar) ou equivalente; ISO 9001:2015 (Sistema de Gestão da Qualidade) ou equivalente; ISO 14001:2015 (Sistemas de Gestão Ambiental) ou equivalente; e IFS Logistics – Armazenagem e transporte dos produtos alimentares (segurança dos alimentos) ou equivalente.

B.2. Plano de atividades - Ponderação de 20%

Corresponde aos parâmetros a considerar na avaliação da proposta, no que respeita ao plano apresentado para a prestação do serviço, a desenrolar durante cada ano letivo visando a adoção de ações que visam a eficiência e a sustentabilidade.



UNião Europeia
Fundo Social Europeu



Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

15.2. Em caso de **empate**, aplicam-se as seguintes regras de desempate, de acordo com a ordem seguinte:

- 1.ª Regra: Prevalece a proposta que tiver maior pontuação no subfator B1 do Fator B (Qualidade).
- 2.ª Regra: Se o empate subsistir, prevalece a proposta que obtiver maior pontuação no subfator B2 do Fator B (Qualidade).
- 3.ª Regra: Se subsistir o empate, no uso do disposto na alínea b) do nº 5 do artigo 74.º do CCP, será dada prevalência à proposta do concorrente que demonstre adotar práticas de promoção da formação, valorização e certificação de competências dos seus trabalhadores, no âmbito da Higiene e Segurança Alimentar, Ambiente e Sustentabilidade, evidenciando que o cumprimento daquela obrigação legal foi/é assegurada por entidade formadora certificada para o efeito ou por estabelecimento de ensino reconhecido pelo ministério competente e dá lugar à emissão de certificado e a registo na Caderneta Individual de Competências nos termos do regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações.
- O recurso a sorteio constituirá regra residual.

15.3. O preço base é o que se encontra preceituado na Cláusula 12.ª do Caderno de Encargos do presente procedimento, correspondendo ao limite máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pelas refeições a fornecer nos termos e condições do contrato a celebrar.

16. ABERTURA E CONSULTA DAS PROPOSTAS

16.1. A abertura das propostas, efetuada na plataforma eletrónica “acinGov”, terá lugar no 1.º (primeiro) dia útil imediato ao da entrega das propostas, procedendo-se à publicação da lista dos concorrentes, na já referida plataforma.

16.2. Mediante autorização da Entidade Adjudicante, a entidade gestora da plataforma eletrónica irá atribuir em simultâneo, aos concorrentes incluídos na lista acima mencionada, códigos de acesso que lhes possibilita a consulta de todas as propostas apresentadas.

16.3. É aplicável o disposto no artigo 138.º do CCP.

17. ANÁLISE DAS PROPOSTAS, RELATÓRIO PRELIMINAR E AUDIÊNCIA PRÉVIA

17.1. As propostas serão analisadas quanto à conformidade do exigido nas peças do procedimento e em relação a todos os seus atributos representados pelos fatores que densificam o critério de adjudicação.

17.2. Após o exame pormenorizado às propostas, o júri elabora um relatório preliminar, no qual irá propor a admissão ou exclusão fundamentada das propostas e apresentar a ordenação, para efeitos de adjudicação, das propostas consideradas admitidas.

17.3. Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o em simultâneo a todos os concorrentes, notificando-os por meio da plataforma eletrónica, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.



Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

17.4. O prazo de audiência prévia é de 5 (cinco) dias úteis.

17.5. Caso se registre a apresentação de uma única proposta será aplicável o regime previsto no artigo 125º, por remissão do disposto no artigo 147º do CCP.

18. RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO

18.1. Cumprida a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado.

18.2. O relatório final é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

18.3. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação do relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

19. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

19.1 O adjudicatário, quando notificado para o efeito, terá de apresentar, na plataforma eletrónica “acinGov”, os seguintes documentos:

19.1.1. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo D ao presente Programa;

19.1.2. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;

19.1.3. Comprovativo de declaração ou Código de acesso ao Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), em cumprimento do disposto no artigo 36º, da Lei 89/2017, de 21 de agosto;

19.1.4. Plano de prevenção da corrupção e de infrações conexas caso o adjudicatário se qualifique como grande empresa;

19.2. Idioma dos documentos de habilitação:

19.2.1. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.

19.2.2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução.

19.3. O prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da adjudicação ao adjudicatário.



Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

20. CAUÇÃO

20.1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das respetivas obrigações, a Entidade Adjudicante exigirá à entidade adjudicatária a prestação de caução, no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual.

20.2. A caução é prestada por depósito em numerário ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, no mesmo prazo de apresentação dos documentos de habilitação.

20.3. O depósito em numerário ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade adjudicante, devendo ser especificado o fim a que se destina.

20.4. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na Bolsa de Valores de Lisboa ficar abaixo do par, caso em que a avaliação deve ser feita em 90% dessa média.

20.5. A garantia bancária a apresentar deve respeitar o conteúdo do Anexo E e o seguro-caução o conteúdo do Anexo F do presente Programa do Concurso.

20.6. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário, legalmente autorizado, assegure, até ao limite do valor da caução o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante, em virtude de incumprimento de quaisquer obrigações por parte do adjudicatário.

20.7. Tratando-se de seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante, em virtude de incumprimento das obrigações por parte do adjudicatário.

20.8. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas, de prestação da caução, ainda que não tenha sido pago o respetivo prémio.

20.9. Todas as despesas derivadas da prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

21. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Para todas as matérias não expressamente reguladas neste Programa, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável.



Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

22. INFORMAÇÃO RELATIVA A PROTEÇÃO DE DADOS

22.1. Em conformidade com a recomendação constante do considerando 78º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, informa-se que todos os dados pessoais a que o Colégio Internato dos Carvalhos tenha acesso, no âmbito e por causa do presente procedimento e, sejam objeto de tratamento, este encontra fundamento de licitude no disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 6º do RGPD, sendo aplicáveis todas as regras relativas à transparência e para o exercício dos direitos dos titulares dos dados.

22.2- Os dados fornecidos serão conservados pelo prazo mínimo de 4 anos, a contar da data da celebração do contrato, nos termos do nº 1 do artigo 107º do CCP, sem prejuízo da observância do prazo previsto de 10 anos, nos termos artigo 70.º, n.ºs 1 e 5 da Lei n.º 98/97, de 26/08, na sua atual redação, que aprovou o Regime da Organização e Processo do Tribunal de Contas.





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

ANEXOS DO PROGRAMA

ANEXO A

DEUCP

[a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do CCP]

(vide ficheiro em separado)



UNIAO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

ANEXO B

MODELO DE PROPOSTA

PREÇO GLOBAL, PREÇO UNITÁRIO e sua COMPOSIÇÃO

_____ (identificação do concorrente) depois de ter tomado conhecimento do objeto do Concurso Público _____ para **“Serviço de refeições escolares no estabelecimento de educação e ensino Colégio Internato dos Carvalhos, propriedade dos Missionários Claretianos Província de Fátima, nos Anos Letivos 2022/2023, 2023/2024, 2024/2025”**, obriga-se a executar o referido serviço em conformidade com o Caderno de Encargos e número total de refeições estimadas nele previstas, pelo preço global de € _____, _____ (por algarismos e por extenso).

O valor indicado corresponde ao preço unitário para cada refeição, independentemente de ser confeccionada no local ou transportada, de:

Preço da refeição de _____, _____ EUR (por algarismos e por extenso)

O Preço da refeição acima indicado compõe-se da seguinte forma:

- Custos com matérias-primas alimentares, não alimentares, encargos com reposição de palamenta, encargos com reparações e substituições de equipamento _____, _____ EUR (extenso)
- Encargos com o pessoal _____, _____ EUR (extenso);
- Encargos Gerais e Lucro _____, _____ EUR (extenso).

14

Nota: nenhuma componente do preço unitário, poderá ter o valor de 0,00€, e deverá ser arredondado às centésimas, segundo as regras gerais do arredondamento (*se a primeira casa decimal a desprezar for 0, 1, 2, 3 ou 4, faz-se truncatura; se for 5, 6, 7, 8 ou 9 acrescenta-se uma unidade à última casa decimal que se escreve*).

Às quantias supra acrescerá o IVA à taxa legal em vigor de _____ (indicar qual).

Mais declara que se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor, que lhe seja aplicável.

Data: _____

(Assinatura)





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

ANEXO C

REGRAS DE AVALIAÇÃO DOS SUBFATORES DO FATOR QUALIDADE

B.1. Qualidade e segurança das matérias-primas alimentares - Ponderação de 40%

Corresponde ao parâmetro a considerar na avaliação da proposta, no que respeita à qualidade e segurança das matérias-primas alimentares, assegurada pela implementação de metodologias pelos fornecedores de bens alimentares dos concorrentes que assegurem sistemas de gestão de qualidade e de segurança dos alimentos em conformidade com as normas ISO 22000:2018 (Sistema de Gestão da Segurança Alimentar) ou equivalente; ISO 9001:2015 (Sistema de Gestão da Qualidade) ou equivalente; ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental) ou equivalente; IFS Logistics – Armazenagem e transporte dos produtos alimentares (segurança dos alimentos) ou equivalente.

A pontuação neste subfator é atribuída em função da aferição da existência de fornecedor de matérias-primas com o maior número de certificações requeridas, nos seguintes termos:

O(s) fornecedor(es) de matérias-primas alimentares indicados pelo concorrente dispõe (m) de todas as certificações acima referidas.	100 Pontos
O(s) fornecedor(es) de matérias-primas alimentares indicados pelo concorrente dispõe (m) de 3 (três) das certificações acima descritas ou equivalentes.	75 Pontos
O(s) fornecedor(es) de matérias-primas alimentares indicados pelo concorrente dispõe(m) 2 (duas) as certificações acima descritas ou equivalentes.	50 Pontos
O(s) fornecedor(es) de matérias-primas alimentares indicados pelo concorrente dispõe(m) de 1 (uma) das certificações.	25 Pontos
O(s) fornecedor(es) de matérias-primas alimentares indicados pelo concorrente não dispõe(m) de nenhuma das certificações acima referidas.	0 Pontos



Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

B.2. Plano de Atividades - Ponderação de 20%

Corresponde aos parâmetros a considerar na avaliação da proposta, no que respeita ao plano apresentado para a prestação do serviço, a desenrolar durante cada ano letivo visando a adoção de ações que visam a eficiência e a sustentabilidade.

O Plano de Atividades compreende a realização de ações adequadas à sensibilização para uma alimentação mais saudável junto dos alunos, em colaboração com a Entidade Adjudicante e, bem assim, a realização de ações adequadas ao combate do desperdício alimentar em cada ano letivo.

Será valorizada a relevância pedagógica e o caráter inovatório das ações a desenvolver em função do concreto objeto do contrato.

A pontuação neste subfator é atribuída de acordo com a seguinte grelha:

O concorrente apresenta um plano muito bem estruturado, com atividades diversificadas para a população escolar, em número de ações igual ou superior a 6 (seis) por ano letivo, com relevância pedagógica e inovadora.	100 Pontos
O concorrente apresenta um plano muito bem estruturado, com atividades diversificadas para a população escolar, em número de ações igual ou superior a 3 (três) e inferior a 6 (seis), com relevância pedagógica.	75 Pontos
O concorrente apresenta um plano bem estruturado, com atividades diversificadas para a população escolar, em número de ações anuais igual ou superior a 6 (seis).	50 Pontos
O concorrente apresenta um plano minimamente estruturado, com plano de atividades diversificadas para a população escolar, em número de ações superior a 3 (três) e inferior a 6 (seis).	25 Pontos
O concorrente apresenta um plano minimamente estruturado, em número de ações inferior ou igual a 3 (três).	5 Pontos

16

Nota: em situações devidamente fundamentadas pelo júri poderão ser atribuídas pontuações intermédias na escala fixada.





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

ANEXO D

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 – A declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ...(data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

ANEXO E

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

O Banco, com sede em, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, presta a favor da Província Portuguesa da Congregação dos Missionários do Coração de Maria, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de (extenso e algarismos), correspondente a (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela, a Província Portuguesa da Congregação dos Missionários do Coração de Maria, vai outorgar e que tem por objeto a execução do contrato referente ao **“Serviço de refeições escolares no estabelecimento de educação e ensino Colégio Internato dos Carvalhos, propriedade dos Missionários Claretianos Província de Fátima nos Anos Letivos 2022/2023, 2023/2024, 2024/2025”**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º a 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da beneficiária sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

18

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária.

Data, assinatura e selo branco do Banco





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

ANEXO F

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A Companhia de Seguros, com sede em, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, presta a favor da Província Portuguesa da Congregação dos Missionários do Coração de Maria, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de (extenso e algarismos), correspondente a (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela, a Província Portuguesa da Congregação dos Missionários do Coração de Maria vai outorgar e que tem por objeto a execução do contrato referente ao **“Serviço de refeições escolares no estabelecimento de educação e ensino Colégio Internato dos Carvalhos, propriedade dos Missionários Claretianos Província de Fátima nos Anos Letivos 2022/2023, 2023/2024, 2024/2025”**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º a 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da beneficiária sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros não pode opor à beneficiária quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até que seja expressamente autorizado o seu cancelamento pela entidade beneficiária.

Data, assinatura e selo branco da entidade seguradora.





Colégio Internato dos Carvalhos

Rua do Moeiro, s/n • Carvalhos • 4415-133 PEDROSO VNG
Tel. 22 786 09 20 • Fax. 22 786 09 25 • geral@cic.pt • www.cic.pt

ANEXO G

INCIDÊNCIA MÍNIMA DOS ENCARGOS COM PESSOAL NO PREÇO UNITÁRIO DA REFEIÇÃO

(ver anexo G – Ficheiro autónomo)



UNIAO EUROPEIA
Fundo Social Europeu